INTERESSADO: ANTÔNIO FERNANDO SECOMANDI

ASSUNTO : Equivalência de estudos (país estrangeiro-E.U.A,-Recurso)

RELATOR : Conselheiro - ALFREDO GOMES - Relator

PARECER CEE N° 3484/75 - CSG - Aprov. em 3/12/75

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO: ANTÔNIO FERNANDO SECOMANDI interpõe recurso contra o Parecer CEE n° 2352/75, CSG, aprovado em 3.09.75, cuja deliberação plenária foi publicada no Diário Oficial de 6.09.75 (pág. 21/22, da lavra do eminente Cons. José Borges dos Santos, concluindo contrariamente à solicitação do interessado de solucionar a respectiva situação por meio de exames especiais, visto haver sido reprovado na 2ª série.

Recebi a petição, não como recurso, mas sob a feição do novo pedido, em outros termos.

2. O requerente após a promoção na 1ª série do 2º Grau, no Colégio Estadual "Dr. Sentaro Takaoka", em Moji das Cruzes, matriculou-se regularmente na 2ª série do 2º Grau, no Colégio Policursos, de Moji das Cruzes, ficando para processo de recuperação, em janeiro-fevereiro de 1974, nas disciplinas Matemática, Ciências Físicas e Biológicas, Estudos Sociais, Inglês, Desenho e Prática de Laboratório, deixando, porém, de ter a frequência exigida, pelo que, nos termos do Regimento Escolar, foi considerado reprovado.

3. Todavia, no regime de intercâmbio, frequentou o 2º semestre do ano letivo 1973/74 e o 1º semestre de 1974/75, na 12ª série, na Escola Secundária de Shelby (Shelby High School), do Condado de Shelby, Estado de Michigan, E.U.A., com o seguinte curriculum cumprido; Educação Física, História dos Estados Unidos, Álgebra II, Física, Leita 2º, Geometria, Economia, Química, Oratória (Dicção) e mais uma disciplina cuja palavra denominadora é ilegível, obtendo bom aproveitamento, fazendo jus ao devido Diploma, salientando-se, também, como bom desportista, a ponto de se solicitar sua permanência nos Estados Unidos para fins de participação no Shelby Varsity Football Team (fls. 35-39).

Inexiste dúvida quanto ao deficientíssimo aluno na 2ª série, do Colégio Policursos, embora o mesmo não se há de afirmar quanto à 1ª série do 2º Grau no estabelecimento oficial, em 1972, quando a superou razoavelmente. Por outro lado, seus esforços nos Estados Unidos não deverão ser subestimados porque os atendeu plenamente.

4- Admita-se também, que os estudos realizados no exterior podem ser considerados equivalentes à repetição da 2ª série do 2º grau, em que foi reprovado.

II - CONCLUSÃO

Em face do exame das alegações e documentos e dos termos de novo pedido, considero, os estudos realizados, no Exterior, por Antônio Fernando Secomandi, equivalentes ao nível de 2ª série do 2º Grau, convalidando-se, pois, a matrícula e demais atos na 3ª série do 2º Grau, sujeito às adaptações que se fizerem necessárias, mencionando-se, na ficha correspondente, este Parecer.

São Paulo, 22 de outubro de 1975.

a) Conselheiro - ALFREDO GOMES - Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o voto de Relator.

Presentes os nobres conselheiros: ALFREDO GOMES, ARNALDO LAURINDO, ERASMO DE FREITAS NUZZI, HILÁRIO TORLORI, LIONEL CORBEIL.

Sala da Câmara do Segundo Grau, em 12 de novembro de 1975.

a) Conselheiro - ERASMO DE FREITAS NUZZI - Vice-presidente
no exercício da Presidência.

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE aprova, por maioria, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala Carlos Pasquale, em 3 de dezembro de 1975

a) Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães

Presidente

Pedi vistas do Processo N° 1535/75 que foi pbjeto de parecer CEE n° 2352/75 - C.S.G. por mim elaborado e, a seguir, aprovado unanimen- te pela Câmara do Segundo Grau e por este egrégio Plenário, pelas se- guintes razões:

1º- Só me foi dado conhecimento do recurso com o respectivo pare- cer já elaborado e votado, quando, na véspera, me foi enviada a pauta do Plenário, praticamente na véspera da reunião que seria logo pela manhã, a sessão plenária em que seria discutido e votado o referido parecer.

2º - Entendo que o recurso poderia ter sido acolhido em um de dois casos :

a) Erro ou engano cometido no Parecer CEE n° 2352/75 que a douta Câ- mara havia aprovado unanimemente e que veio a rejeitar também unanimen- te.

b) Elemento novo juntado ao Processo.

Um e outro caso exigiam que o relator do Parecer CEE n° 2352/75 reexaminasse o processo e o parecer em tela mais demoradamente, como está fazendo.

3º - Examinado o Processo e o Parecer recorrido, não encontrei erro, nem elemento novo, data vênia, que justificasse a mudança radical da douta Câmara.

4º - O relator do Parecer n° 2352/75 fundamentou o seu arrazoado nas informações obtidas no documento oferecido pelo Estabelecimento onde o requerente, como refere na sua solicitação, fora reprovado na 2ª série do 2º grau.

5º - A situação escolar do requerente apresenta o seguinte desenvol- vimento:

5-1- Ao fazer a 2ª série do 2º grau o interessado não foi aprovado em Matemática, Ciências Físicas e Biológicas, Estudos Sociais, Inglês, Desenho e Prática de Laboratório; logrou, entretanto, aprovação nas disciplinas Português, Educação Moral e Cívica e História da Arte. Ficou, por isso, sujeito a processo de recuperação nas disciplinas em que foi reprovado.

5-2 - Convocado para beneficiar-se do dispositivo legal, não compa- receu e foi considerado reprovado na série, de acordo com o regimento do Colégio (os grifos são do relator).

5-3- O estabelecimento cumpriu o seu dever, procurando proporcionar ao educando o recurso que a Lei dispõe a seu favor-Lei 5692/71, Art. n° 11 e parágrafo 1º da Lei 5692/71. Procedeu, ainda, com fundamento na mesma Lei, reprovando o aluno, por não haver comparecido para subme- ter-se ao processo de recuperação.

5-4 - Com a medida adotada pela Escola o recorrente passou da situa- ção escolar de aluno não aprovado em 6 disciplinas para a de aluno re-

5-5 - Nos Estados Unidos, em 1974, o recorrente foi admitido à 12ª série do Sistema Americano de Ensino, cursou-a, foi aprovado e recebeu o respectivo diploma de conclusão.

Voltando ao Brasil, dirigiu-se a este egrégio Conselho para solicitar que "os seus estudos feitos nos Estados Unidos ao nível de 3º ano do 2º grau fossem revalidados, e que lhe fosse permitido realizar exames especiais das disciplinas em que ficara sujeito a processo de recuperação, disciplinas do currículo do 2º ano do 2º grau do Colégio Polí-cursos de Mogi das Cruzes.

O pedido foi indeferido pelas razões expostas no Parecer CEE nº 2352/75, razões que, a meu ver, permanecem de pé. Mas o recurso do interessado foi acolhido, o processo reexaminado, novo parecer elaborado, e aprovado unanimemente pela Câmara do 2º Grau, o que me obriga a apreciar com mais amplitude do que a que julguei necessária ao elaborar o parecer recorrido.

6-1- A real situação escolar do requerente; reprovado na 2ª série do 2º grau.

A escola, no Sistema Brasileiro de Ensino, uma vez autorizada e reconhecida, é uma autoridade integrante do Sistema com a área das competências que lhe são atribuídas por lei perfeitamente definida.

Entre essas competências veja-se o que dispõe a Lei nº 5692/71, do Art. 14 ao Art. 16 e seus respectivos parágrafos, dos quais se destaca o seguintes a verificação do rendimento escolar ficará, na forma regimental, a cargo dos estabelecimentos, compreendendo a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade.

A Escola compete aprovar ou deixar de aprovar e, uma vez exercida a sua competência, não pode o ato decorrente da sua decisão ser anulado, data vênua, a não ser por meio de recurso com prova de que houve erro, ilegalidade ou injustiça.

Poder-se-ia, talvez, substituir o processo de recuperação por exames especiais, mas ainda isso, é discutível, e se o não fosse, entendo que não deveria ser feito à revelia da autoridade escolar respectiva.

Mas tratava-se de reprovação em 6 disciplinas, isto é, 2/3 das matérias da 2ª série. Entendo que já é liberalidade em excesso procurar resolver uma situação escolar do reprovação em 6 disciplinas por meio de processo de recuperação, mas isso a Lei permite. O que ela não permite o anular o ato de reprovação de uma-série exercido legalmente pela Escola, por exames especiais de 6 disciplinas.

6-2 - A equivalência dos estudos do interessado.

Admitamos que os estudos realizados nos E.E.U.U. pelo recorrente sejam, de fato, equivalentes aos da 2ª série do Sistema Brasilei-

ro de Ensino, temos a seguinte colocação:

(1) Para a matrícula na 3ª série do 2º grau é necessário ter concluído a 2ª série.

(2) O aluno foi reprovado na 2ª série, não podia ser matriculado na 3ª série.

(3) Mas, apesar disso, o aluno foi matriculado na 12ª série do Sistema Americano de Ensino que corresponde à 3ª série do 2º grau do ensino brasileiro e foi aprovado. . . .

(4-) Chega-se assim, sem dificuldades a esta conclusão:

A 12ª série do Sistema Americano de Ensino pode ser considerada equivalente tanto à 2ª como à 3ª série do 2º grau do Ensino Brasileiro.

E, como dois valores equivalentes a um terceiro são equivalentes entre si, segue-se que os estudos da 2ª série do 2º grau do Sistema Brasileiro podem ser considerados equivalentes aos da 3ª série desse mesmo grau e sistema.

E essa conclusão que é meramente formal, entretanto, só poderá ser rejeitada se atendermos ao seguinte:

a) Quando dizemos que os estudos da 12ª série do aluno X são equivalentes aos estudos da 3ª série do 2º grau do Sistema Brasileiro não estamos considerando os estudos da 12ª série, isoladamente, mas no conjunto dos estudos realizados pelo aluno, série a série, no desenvolvimento ascendente da sua carreira, escolar.

Entendemos que tem direito à matrícula na 12ª série quem completou, na sua ordem as antecedentes. É o que se pode verificar nos pareceres que constituem, na matéria, a sábia jurisprudência deste egrégio Conselho.

Não discuto se deve ou não deve ser mantida a orientação que se tem seguido através dos anos. Entendo, sim, que a se adotar outra, não deve ser nenhuma que nos méritos da sua aplicação atribua ou pareça atribuir maior valor a americana ou a de qualquer sistema de estudos de país estrangeiro.

b) Não devo ser favorável a qualquer decisão, providência ou medida que deixe o estudante brasileiro que não dispõe de recursos para sair do país em situação marcadamente inferior a de quem o pode fazer, quando se tratar de regularização de situações escolares.

A votar-se favoravelmente deve ser providência na forma de deliberação cujos efeitos sejam aplicáveis a qualquer estudante que venha, a se encontrar na mesma situação escolar em que se acha o requerente.

Se o recorrente tivesse ficado no Brasil, depois de reprovado, como foi, não poderia, de modo nenhum, ter-se matriculado regularmente na 3ª série de colégio brasileiro, porque, se o fizesse, a matrícula seria irregular e, tão logo se descobrisse a irregularidade, seriam can-

celados a matrícula e todos os atos escolares subsequentes. É assim que se tem aplicado a Lei ao estudante brasileiro que continua seus estudos no País.

Entendo que uma viagem ao Exterior não muda a natureza legal das relações com os sistemas de ensino no País e outras instituições nacionais.

Não veio razão nenhuma para se tratar de modo diferente o estudante que dispõe de recursos para sair ao Exterior, depois de reprovado no Brasil.

Seria um precedente que passaria a ser alegado como um direito, estabelecendo-se, assim, uma discriminação injusta contra os que dispõem de recursos para ir fazer estudos de recuperação em outro país.

Em conclusão: mantenho, sem qualquer mudança, o voto que dei contrário à solicitação do requerente por esta razão simples, além de outras que estão mencionadas no Parecer nº 2352/75: Data Vênia, considero fora da alçada imediata deste egrégio Conselho, como de qualquer Conselho de Educação do País, nos termos da Legislação vigente, suspender ou anular aprovação ou reprovação de aluno, a não ser em grau de recurso em que se apresenta erro comprovado, ilegalidade ou injustiça da escola.

Modifica a conclusão do voto em separado que dei ao Parecer da dou- ta Câmara do Segundo Grau sobre o Processo CEE Nº 1535/75, nos seguintes termos-

Entendido que:

1º - Não obstante os termos usados pelo requerente não se tratava, como poderia parecer, de recurso contra o Parecer CEE Nº 2352/75 e sim, praticamente, de pedidos de reconsideração da matéria sob novo aspecto;

2º - O requerente não insistiu em pedir o mesmo: que solicitara no primeiro processo e que não lhe foi deferido, e sim outra providência que lhe permitisse vingar a dificuldade da sua situação escolar por meio de aproveitamento de estudos;

3 ° - Assim não se modificou: o pronunciamento do Parecer CEE N ° / 2352/75, visto que tinha por objeto providência diferente da que veio a ser solicitada depois, e pôde, desce modo, ser atingido o fim desejado pelo requerente e ao qual ninguém se opõe;

Acompanho o voto favorável ao pedido do requerente de sanar a lacuna deixada por não ter sido aprovado na 2ª série de 2º grau, mediante a aplicação da equivalência dos estudos realizados na 12a. série do Sistema Americano de Ensino, que o requerente cursou nos E.E.U.U., tendo sido aprovado, aos do 2º ano do 2º Grau do Sistema Brasileiro de Ensino.

Ficam ressalvadas neste voto as razões apresentadas na arrazoadado do voto em separado que apresentei e, com destaque, a questão, referente à área de competência aos estabelecimento de ensino relativa à avaliação do aproveitamento escolar que, entendo, deve ser: encaminhada à consideração e pronunciamento da douta Comissão do Legislação e Normas.

São Paulo, em 26 de novembro de 1975

José Borges dos Santos Jr.

5) Administração e Legislação: (Administração Aplicada e Legislação Aplicada).

Parágrafo...Único - Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística, Programas de Saúde e Ensino Religioso, nos termos do artigo 7º e seu parágrafo único da Lei federal nº 5692, de 1971.

Artigo 3º - A habilitação profissional ora instituída terá validade apenas no Sistema Estadual de Ensino do Estado de São Paulo, à vista do que dispõe o artigo 13 da Resolução CFE nº 2/72.

Artigo 4º - Os pedidos de autorização para a instalação e funcionamento em estabelecimento de ensino de 2º grau, da habilitação profissional instituída nesta Deliberação, deve não ser dirigidos aos órgãos próprios da Secretaria da Educação do Estado.

Artigo 5- Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua homologação.

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE aprova, por unanimidade, a presente Deliberação, Sala "Carlos Pasquale", em 3 de dezembro de 1975

a) Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães

Presidente